

ESPAÇO ARQUITETÔNICO E ESPAÇO TURÍSTICO: MEMÓRIA, HISTÓRIA E SIMULACROS

*Fernanda Severo**

Resumo: O presente artigo propõe uma reflexão sobre a relação existente entre espaço arquitetônico, espaço turístico e patrimônio. O espaço arquitetônico é aqui considerado dentro da escala temporal de um artefato produzido socialmente de modo espontâneo, talhado pelo convívio e pelas necessidades específicas de um determinado grupo social. O espaço turístico, por outro lado, é projetado e criado em uma temporalidade recortada do fluxo normal dos acontecimentos para atender às expectativas de "estrangeiros". Ambos, entretanto, estão permeados por decisões e projetos políticos contextualizados historicamente e representam uma manifestação contundente do jeito de viver dos seus construtores. O caminho escolhido para essa reflexão foi a retomada teórico-conceitual e a avaliação crítica de como esses pressupostos vêm sendo utilizados nas intervenções arquitetônicas para criar os espaços turísticos brasileiros.

Palavra-chave: Memória; Patrimônio; Espaço arquitetônico; Espaço turístico

Introdução

Monere, termo latino que é raiz comum das expressões *patrimoniun* e *monumentum*, significa “lembrar”, ou “aquilo que traz à lembrança”. O trazer à lembrança é uma espécie de exercício de resgate do tempo perdido, evocação de um passado que compartilhamos com os que nos precederam, representado por um edifício, uma rua, um artefato, uma imagem ou mesmo uma prática social cotidiana transmitida de geração para geração pela oralidade. Os vestígios do passado investidos de um poder que adverte e interpela a memória coletiva, materializam esse passado no presente e se oferecem como experiências cognitivas e estéticas.

A permanência das marcas físicas e subjetivas na paisagem social, ao potencializar a rememoração da existência dos construtores e usuários dos espaços do passado, faz-nos

* Historiadora pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS. Mestre em História do Brasil e Doutora em História das Sociedades Ibéricas e Americanas pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS. Leciona no Instituto de Educação Superior de Brasília - IESB, no Curso de Turismo às disciplinas de Trabalho de Conclusão de Curso e Estudos de Caso. Coordena Grupo de Estudos e Pesquisa em Turismo Cultural no Instituto de Educação Superior de Brasília - IESB.

herdeiros de uma tradição capaz de conceber e construir lugares para as vivências do grupo. É exatamente nesse sentido que os espaços arquitetônicos considerados patrimônio histórico vinculam-se à noção de monumento, uma vez que nos impelem ao exercício de reconhecimento/pertencimento, resgatando de nossa memória símbolos, imagens e vivências individuais e sociais temporalmente delimitadas. Contemporaneamente, para se compreender os princípios que norteiam a gestão dos espaços arquitetônicos e dos espaços turísticos consagrados ao turismo cultural, é necessário retomar os conceitos de patrimônio e de monumento histórico.

Do ponto de vista filosófico, os monumentos salvam a humanidade do esquecimento, oferecem um sentido de continuidade da vida. Essa é a noção do monumento como um “universal cultural” que possibilita a fuga da ação do tempo pessoal e o mergulho em um tempo coletivo. O tempo de uma vida humana é breve demais, mas o tempo da existência em sociedade convida à sensação de imortalidade, fortalece o pertencimento e o interesse pela manutenção do grupo. Em uma dimensão complementar, a psicanálise nos ensina que recordar, em seu sentido etimológico, significa colocar de novo no coração uma determinada vivência. A afetividade dessa operação envolvendo as marcas da paisagem poderia ser chamada de memória topográfica. Trata-se de uma recordação que todos nós carregamos e que revive quando nos deparamos com espaços representativos da nossa trajetória – a terra natal, a casa materna, a praça, a escola e o mercado.

Afetividade e pertencimento, como categorias emocionais vinculadas ao espaço físico local, são experiências da ordem do vivido, pertencem ao quadro subjetivo daquele que habita e não daquele que transita. Quem está de passagem não vislumbra os significados de imediato e, mesmo que consiga contextualizar o monumento histórico a partir de um saber prévio, na maioria das vezes, não será capaz de “mergulhar” no objeto afetivamente e entregar-se ao jogo que torna o passado vivo no presente. A sociedade que vivencia a experiência emocional com o seu patrimônio consolida a auto-estima do grupo com saber e sensibilidade. O “estrangeiro”, por outro lado, somente poderá experimentar sentimentos similares a afetividade e pertencimento em relação aos monumentos históricos locais quando encontrar verdadeiramente o habitante, seja através do diálogo direto ou do encontro virtual com o imaginário do lugar, representado pela produção artística e cultural. Somente a partir do reconhecimento dos seus próprios espaços é que a comunidade poderá tomar parte no

planejamento e gestão dos espaços turísticos, especialmente para promover um turismo cultural com tonalidades mais locais do que globalizadas.

Resgatando conceitos e definindo caminhos

Ao iniciar essa discussão pelo resgate dos vínculos existentes entre patrimônio histórico e monumento, a partir de sua função social de rememoração, operação afetiva que demanda o “mergulho” de quem olha em outro tempo/espaço, pretendo oferecer aportes para que o planejamento urbanístico-turístico possa aproximar-se da materialidade, levando consigo a subjetividade social. O objetivo principal deste artigo é ampliar a reflexão crítica sobre a relação existente ente espaço arquitetônico, espaço turístico e patrimônio, considerando-os como criações da cultura ocidental moderna que precisam encontrar possibilidades de convívio.

O resgate dos sentidos etimológicos e das transformações históricas dos conceitos pretende suscitar novas abordagens da questão que não se prendam apenas à dimensão física do fato arquitetônico considerado de relevante interesse histórico e com potencial para tornar-se atrativo turístico. Associo-me às discussões que ultrapassam os aspectos técnicos, funcionais e que diferem daquelas que se detêm na excepcionalidade formal dos espaços construídos, para vincular-me a uma linha de pensamento que analisa o papel social das “marcas da paisagem”, refletindo sobre as possibilidades de conservação e de utilização referencial do patrimônio histórico pelas sociedades contemporâneas.

As práticas de gestão da memória social aplicadas na conservação do patrimônio, como toda construção cultural sofreram modificações consideráveis desde seu advento, adaptando-se às demandas históricas. Os monumentos históricos são admitidos, portanto, como invenções do Ocidente que visam fortalecer os valores de civilização e estão sujeitos a critérios seletivos, em um jogo dialético que envolve esquecimento/rememoração e destruição/preservação. Quando compreendemos o potencial de rememoração dos espaços e conseguimos visualizar a sua permanência como uma decisão histórica, estamos mais próximos de agir como parte de um grupo social que também tem direitos e responsabilidades no processo decisório.

O homem cidadão, ao ser excluído ou dissociar-se voluntariamente dos processos seletivos e das decisões que envolvem o patrimônio histórico, perde as referências de sua condição de ser social, individualizando-se a tal ponto, que a maioria dos vestígios do passado não lhe diz respeito. É como se a memória coletiva fosse destruída pelo isolamento, fazendo o

indivíduo desprezar o meio cultural em que vive. Essa anomalia pode aparecer de diferentes maneiras, desde o desprezo por tudo que diz respeito ao grupo, expresso na depredação e indiferença pelo espaço público, até a crítica calcada na negatividade que apresenta o local apenas através dos seus problemas e desvalores.

Esse abalo da auto-estima social que repercute na relação do homem com seu meio pode ser compreendido como um esvaziamento da relação de afetividade e pertencimento conduzido pelo ato de rememorar provocado pelos símbolos do passado. Uma espécie de desencontro entre o habitante e o tempo vivido, seguido de outros dois desencontros, a falta de diálogo desse mesmo habitante com o planejador urbano e com o visitante. Se aquele que tradicionalmente estaria vinculado ao espaço não o percebe como um marco emocional para sua existência, não o salvaguardará dos danos e dos interesses alheios aos do seu grupo, nem tampouco o apresentará como um espaço denso de significado para quem o desconhece.

Os desencontros de interesses têm provocado uma série de danos ao patrimônio, à qualidade urbanística de nossas cidades e ao desenvolvimento do turismo cultural com bases sustentáveis¹. Dentre os diversos problemas que precisam ser equacionados, interessa-me destacar apenas um, que está relacionado à crise do próprio projeto de preservação cultural contemporâneo, que é o que Choay denominou de esgotamento da função memorial dos monumentos, sintetizado pela autora como “a substituição progressiva do ideal de memória pelo ideal de beleza”². Duas inquietações me guiaram quando me propus a retomar conceitos e pensar a problemática historicamente. Estaríamos condenados a deixar a “recordação” apenas para um território pessoal, esquecendo ou renegando assim os nossos vínculos sociais em nome da experiência estética do belo? Estarão nossas cidades e todos os espaços turísticos condenados a uma estandartização que eliminará a diferença cultural em nome de uma cenografia?

Patrimônio histórico e artístico no Brasil – Entre a identidade nacional e a mundialização

A preservação patrimonial no Brasil foi iniciada oficialmente em 1937, com a criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, vinculado ao Ministério da Educação. Esse órgão, ainda no mesmo ano, realizou o primeiro levantamento dos bens de

¹ RUSCHMANN, Doris. *Turismo e Planejamento Sustentável a Proteção do Meio Ambiente*. Campinas: Papirus, 2001.

² CHOAY, Françoise. *L'Allégorie du Patrimoine*. Paris: Seuil, 1992.

interesse histórico e cultural nacionais a serem salvaguardados³. Os princípios norteadores das seleções e intervenções realizadas por essa primeira geração de preservadores no Brasil mantinha-se fiel aos ensinamentos da Escola de Belas Artes e do Curso Politécnico, ambos de matriz francesa⁴. A preponderância dos critérios estéticos-estilísticos, excepcionalidade e autenticidade (momento da construção da obra) orientaram as práticas de restauração, criando assim um falso conjunto com formas luso-coloniais.

Não é excessivo lembrar que os primeiros encaminhamentos da preservação brasileira foram definidos pelos modernistas e que o foco principal de mobilização dessa intelectualidade era a consolidação da identidade nacional, através do fortalecimento da imagem do Brasil e das ações brasileiras. O projeto político nacionalista, como principal investidor dessa empreitada, patrocinou viagens de estudos, mapeamentos das manifestações culturais autenticamente brasileiras e alçou a arquitetura à condição de uma marca nacional.

Tal como nas seleções francesas, poucos monumentos e obras artísticas brasileiras foram considerados dignos de conservação. A maioria fazia parte do período colonial em estilo barroco, e as únicas exceções foram os palácios governamentais, em sua maioria prédios neoclássicos e ecléticos, porque estavam vinculados à história da nação. Os primeiros inventários não deixam margem de dúvida sobre o caráter oficial dessa delimitação simbólica através da arquitetura pública e a intenção de construir uma imagem de solidez do Estado e de seus aliados. Os bens tombados são igrejas, fortalezas e fortes, casas nobres, solares, sobrados, aquedutos, casas da câmara, engenhos, pontes e fazendas.

A escala grandiosa da maioria dos edifícios recortados do conjunto original é notável. A recomendação expressa na Carta de Atenas de “valorização” do monumento pela

³ Datam dos anos 20 os primeiros levantamentos das obras da arquitetura luso-brasileira, posteriormente consideradas de relevância histórico-cultural e preservadas pelos órgãos oficiais de defesa patrimonial. Cabe destacar que vários dos intelectuais envolvidos com o Movimento Neocolonial vincularam-se ao Movimento Moderno, como Lúcio Costa, e depois se tornaram agentes da equipe do Patrimônio Histórico. : BRUAND, Yves. *Arquitetura Contemporânea no Brasil*. São Paulo: Perspectiva, 1997. Para um histórico do IPHAN sobre o prisma de profissionais vinculados aos seus trabalhos, ver: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Recife. *Rodrigo, espelho de critério*. Recife: IPHAN, s/d. Para uma leitura sobre a questão do Patrimônio Histórico, conceitos e histórico das iniciativas, ver: TELLES, Leandro da Silva. *O manual do Patrimônio Histórico*. Rio Pardo: Prefeitura Municipal de Rio Pardo, 1977. Sobre a mesma questão com enfoque jurídico, ver: SOUZA FILHO, Carlos Frederico Marés de. *Bens culturais e proteção jurídica*. Porto Alegre: UE/Porto Alegre, 1997.

⁴ Segundo Giannetti, a École de Beaux-Arts e a École Polytechnique serviram de modelo para a institucionalização do ensino de arquitetura e engenharia em diversos países. GIANNETTI, Anna. *L'Architettura all' École des Beaux-Arts*. Paris: s/ed., 1979. P. 14-31. Para uma visão geral sobre a Escola Nacional de Belas Artes, implantação e ajustes internos dos estilos artísticos no Brasil ver: BRUAND, Yves. *Arquitetura Contemporânea no Brasil*. São Paulo: Perspectiva, 1997. P. 33-76; FROTA, José Artur D'Aló. *El Vuelo del Fénix – La Aventura de una Idea – El Movimiento Moderno en Tierras Brasileñas*. Tese de Doutorado. Departamento de Composição Arquitetônica, escola Técnica Superior de Arquitetura - Universidade da Catalunha, Barcelona, 1997. p. 35-34.

criação de áreas verdes e perspectivas que facilitassem sua apreciação foi adotada em muitas situações. Para manter uma homogeneidade estilística, os preservadores decretaram a destruição do traçado urbanístico composto por becos, vielas e caminhos de pedestres, mesmo que para isso fosse necessário forjar um conjunto, destruindo as marcas do século XIX. A preservação arrancava da paisagem tudo aquilo que contradizia o modelo escolhido como formalmente adequado para o contexto político de afirmação da brasilidade. Apesar da discordância de alguns dos representantes da preservação do patrimônio, o recurso cenográfico foi utilizado através do incentivo aos historicismos e pastiches, construções que imitavam o estilo colonial.

As edificações do século XIX eram deliberadamente destruídas e tratadas como uma desfiguração da cultura nacional, uma vez que continham símbolos importados de uma Europa francesa, considerados alheios ao contexto da formação original da identidade brasileira⁵. Na busca pelo autêntico e pelo original promovida pelos modernistas envolvidos com a preservação, perderam-se muitos dos referenciais desse período, travestido e neutralizado em uma paisagem colonial inventada. Essa decisão de preservar as formas luso-brasileiras e destruir o restante demonstram a importância conferida ao monumento histórico como objeto artístico-arquitetônico e não como marco referencial da memória capaz de mobilizar o pertencimento do grupo. A autenticidade temporal foi sacrificada em nome da autenticidade formal, plantando assim as bases da espetacularização dos sítios históricos, reconstruídos como cenários de lazer, entretenimento e turismo.

A preservação modernista, como ficou conhecida, poderia ser arbitrariamente delimitada entre 1937-1977. Entretanto, apesar das diversas revisões teóricas que têm sido empreendidas desde os anos 70 pelos especialistas, visando corrigir os rumos traçados por essa preservação palaciana e fachadista, muitas definições e pressupostos da primeira geração continuam orientando as práticas associadas ao patrimônio até hoje. O exercício de avaliação

⁵ Nas primeiras décadas do século XX as alterações questionadoras dos modelos europeus descontextualizados da imagem desejada para o espaço urbano brasileiro tornaram-se mais contundentes, primeiramente através do Movimento Neocolonial, que propunha uma reflexão e uma retomada das formas puras da arquitetura luso-brasileira e, a seguir, com o Movimento Moderno, guiado pelo aprofundamento desses estudos de caráter nacionalista e pelas idéias das vanguardas do racionalismo europeu. O Movimento Neocolonial e o Moderno brasileiros são ambas expressões de tempos históricos bem demarcados pela preponderância da constituição de um estilo nacional e da afirmação de uma identidade brasileira: O Movimento Neocolonial iniciado nos anos 20 que teve seu auge em 22 nas comemorações do Centenário da Independência, o Movimento Moderno, foi expressão das transformações políticas e culturais das décadas de 20 e 30, caracterizadas pelo ideário positivista, orientado para o progresso constante. Acabou perpetuando-se como estética oficial por quase quarenta anos. Em meados dos anos 20, o Movimento Moderno havia se institucionalizado no interior da Escola de Belas Artes; foi, portanto, um movimento que surgiu como uma reação à estrutura acadêmica vigente e acabou por ser assimilado. Sobre a Arquitetura Neocolonial, ver: BRUAND, 1997. Op. Cit.; COSTA, Lúcio. *Lúcio Costa: Registro de uma vivência*. São Paulo/Brasília: Editora Unb/Empresa de Artes, 1995.

comparativa dos projetos de restauração e das intervenções materializadas nos sítios históricos tem demonstrado que no campo do discurso estamos muito mais evoluídos que em nossas realizações⁶.

Essas reformulações explicitadas no campo teórico vinculam-se à transformação conceitual desencadeada pela Nova História francesa e pelos preceitos italianos de gestão do patrimônio. A Nova História promoveu a aproximação da história e da antropologia, redefinindo seus objetos, abordagem e fontes de pesquisa⁷. Os teóricos italianos, por sua vez, consolidaram práticas de intervenção mais culturalistas. As contribuições advindas dessas duas vertentes foram assimiladas mundialmente nos anos 70 e 80 e o conceito de “cidade-documento” passou a permear as propostas de restauração.

Nessa perspectiva, a cidade oferecia-se para leitura do fenômeno urbanizador construído na longa duração e o papel do restaurador era conservar o potencial informativo do conjunto. O que até então era percebido como defeito e ameaçava a autenticidade passou a ser considerado como fonte de compreensão da dinâmica histórica. Os critérios seletivos e as práticas de restauração que preservavam apenas os grandes feitos históricos, expressos nos monumentos consagrados à cultura nacional/universal, que desrespeitavam os conjuntos arquitetônicos heterogêneos e desvalorizavam as práticas de diferentes grupos sociais passaram a ser questionados.

Essa tendência chegou ao Brasil nos anos 80, preconizando que o traçado urbano deveria ser valorizado porque nele estavam expressas a atuação social e os hábitos cotidianos, que eram mais relevantes do que a ação dos governantes representada pelos monumentos isolados. Nessa perspectiva, a valoração do patrimônio seria delimitada pela comunidade, deixando de ser atribuída apenas pelos profissionais diretamente envolvidos com as ações de preservação/restauração. Muitas comunidades parecem aceitar esse convite, mobilizando-se para garantir seus direitos de propriedade sobre os “bens culturais”, visto que as reformas urbanas da década de 70 ameaçavam a extinção de diversos marcos simbólicos do território para a abertura de vias rápidas⁸.

⁶ Vide a análise realizada por Motta sobre a intervenção realizada na Praça XV do Rio de Janeiro. MOTTA, Lia. “A apropriação do patrimônio urbano: do estético-estilístico nacional ao consumo visual global”. In: ARANTES, Antônio. O espaço da diferença. São Paulo: Papirus, 2000. pp.257-287.

⁷ Para uma aproximação teórica dessa tradição francesa da historiografia, ver: LE GOFF, Jacques e NORA, Pierre.(Org.) *Faire de l' Histoire, nouveaux problèmes*. Paris: Galimard, 1974. LE GOFF, Jacques. "A História Nova". In: ____ (Org.) *A História Nova*. São Paulo: Martins Fontes, 1995. FEBVRE, Lucien. *Combats pour l'histoire*. Paris: A. Colin, 1953. LE GOFF, Jacques e NORA, Pierre.(Org.) *Fazer História - Novos problemas*. Portugal: Bertrand, 1977.

⁸ Para um histórico dos desdobramentos internos na Arquitetura a partir dos anos 70, em especial sobre essa questão dos conceitos norteadores da preservação arquitetônica e revitalização dos espaços urbanos antigos, ver em especial: BENEVOLLO, Leonardo. *O Último Capítulo da Arquitetura Moderna*. São Paulo: Martins Fontes,

No Brasil, entretanto, o envolvimento da comunidade nesses assuntos e nas demais questões de planejamento urbano é raro ainda hoje. Algumas das escassas manifestações populares em prol da salvaguarda do patrimônio edificado conquistaram a permanência de edifícios neoclássicos e a consolidação de hábitos sociais moldados pela tradição. Os espaços de convívio até então caracterizados como higiênica e moralmente reprováveis que foram mantidos por essas campanhas populares se oferecem como casos exemplares para refletirmos sobre as possibilidades da gestão coletiva da memória social⁹.

Outra fonte importante para se compreender essa segunda fase da preservação de cunho mais culturalista, retomando assim alguns dos ensinamentos perdidos, são os projetos e as intervenções postas em prática. Uma análise preliminar permite que se visualize não apenas as possibilidades, mas também a natureza dos entraves políticos que impedem a transformação dos pressupostos da preservação. Por um lado, as pesquisas sócio-históricas e antropológicas muitas vezes foram abreviadas porque o tempo e recursos que demandavam eram percebidos como prejuízos financeiros pelos envolvidos na ação; de outro lado, mesmo de posse das informações sobre a sociedade várias equipes não sabiam como fazer uso desses dados repetindo a fórmula anterior que somente conseguia preservar o objeto estético e não a cidade-documento. Na primeira situação, percebe-se claramente a dissonância de interesses entre o tempo de reflexão necessário para a preservação da memória e o tempo do lucro rápido; na segunda, a dificuldade que precisa ser enfrentada para alterar-se práticas e ideais consolidados historicamente para além dos discursos. A importância de constituição de equipes multidisciplinares e do diálogo entre os profissionais envolvidos com a gestão urbanística.

A comunidade conquistou possibilidades no que se refere aos critérios seletivos dos monumentos passíveis de salvaguarda, criando para os preservadores novas variáveis para pensar. Entretanto, as decisões sobre as formas de intervenção no patrimônio continuaram sendo geridas quase que integralmente pela lógica do poder público e de seus novos aliados econômicos.

[s/d]. p. 157-83. Para ampliação desse quadro geral e uma visão de casos específicos, ver ainda: CONVERTI, Roberto. Metamorfosis. In: *Revista Arquis – Arquitectura e Urbanismo*, n.4, Universidade de Palermo, Buenos Aires, Argentina, Dez. 1994. pp. 4-7; ROBERT, Philippe. Rehabilitación - Reconversión - La Arquitectura como Palimpsesto. In: *Revista Arquis – Arquitectura e Urbanismo*, Dez. 1994.Op.Cit. pp. 8-11; SANTALO, Alicia, SANTALO, Claudia e REESE, Eduardo. Revitalización a Escala urbana: Entre el discurso y la práctica. In: *Revista Arquis – Arquitectura e Urbanismo*, Dez. 1994.Op.Cit. pp. 90-94; SOLA-MORALES, Ignasi de. El valor del Tiempo en la Arquitectura. In: *Revista Arquis – Arquitectura e Urbanismo*, Dez. 1994.Op.Cit. pp. 94-96.

⁹ Analisei um caso dessa natureza referente ao processo de preservação do Mercado Público de Porto Alegre. SEVERO, Fernanda. *O MERCADO de Porto Alegre entre a cidade real e a cidade ideal*. (Dissertação de Mestrado) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas-PUCRS. Porto Alegre, 1999.

A década de 80 representou ainda o momento de consolidação das políticas de incentivo fiscal voltadas para a cultura através da Lei Rouanet (1986) e seus desdobramentos. As possibilidades abertas por essas linhas de financiamento que garantiam aos investidores a isenção fiscal se constituíram como a mola propulsora do marketing cultural e do marketing da cidade. Nesse contexto, o patrimônio tomado como “produto cultural” passível de ser adotado pelos interesses empresariais tornou-se uma via de propaganda que vem conquistando adeptos dispostos a criar espetáculos nos cenários públicos associando suas marcas comerciais a feitos considerados relevantes para a comunidade. No âmbito dos museus, por exemplo, as mega-exposições das obras de artistas como Rodin, Monet, Dali e mais recentemente, Eckout e Picasso passaram a ser tratadas como marcas universais e marcas comerciais passíveis de associação¹⁰.

O modelo contextualista de planejamento urbano que previa a integração do conjunto dos monumentos às redes de conexão da cidade, valorizando as práticas comunitárias e o potencial documental do espaço construído historicamente, sucumbiu frente a política de gestão das marcas. Praticamente subvertido em seu nascedouro, o projeto dos anos 80 é posto de lado pela retomada do viés estético dos modernistas na década de 90. A preservação do patrimônio na década de 90 associou-se definitivamente à noção de “atrativo cultural”, consolidando os vínculos desses “bens” com o seu valor de mercado. O conceito de “cidade-documento” foi substituído pelo da “cidade-atração”¹¹. As marcas da paisagem construídas histórica e simbolicamente passaram a ser tratadas explicitamente pelo seu valor de mercado sistematizados na escala global. O consumo cultural desse marketing da cidade esvaziou ainda mais o potencial de rememoração dos monumentos históricos e potencializou a criação de simulacros, sejam eles pastiches de um tempo morto ou a inserção de elementos materiais absolutamente contrastantes.

Nesse sentido, as intervenções preservadoras transformaram a cidade histórica em objeto de consumo e peça promocional de consumo rápido. Mantiveram-se os pressupostos cenográficos em que o pitoresco foi tomado como categoria estética norteadora, integrando

¹⁰ Os estudiosos da área de museologia tem realizado reflexões muito pertinentes sobre essa questão, certamente nos oferecem alguns ensinamentos para pensarmos a questão dos investimentos privados no âmbito da preservação do patrimônio edificado. Sobre a questão das exposições, ver: FARIAS, Agnaldo. A arquitetura dos novos museus e alguns de seus aspectos contraditórios. In: SANTOS, Afonso; KESSEL, Carlos; GUIMARÃES, Cêça. *Museus & Cidades – Livro do Seminário Internacional*. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2004. p.67-80.

¹¹ A idéia da “Cidade atração” é correlata a “cidade-espatáculo” proposta por Canclini. CANCLINI, Nestor. *A socialização da arte: Teoria e prática na América Latina*. Soa Paulo, Editora Cultrix, 1980; CANCLINI, Nestor. *Consumidores e Cidadãos Conflitos Multiculturais da globalização*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2001. CANCLINI, Nestor. *Culturas Híbridas*. São Paulo: Edusp, 1997.

conjuntos a partir dos princípios utilizados no *shopping mall*. Essa integração, como se pode analisar, pensa o conjunto de acordo com os critérios de autenticidade propostos pelos modernistas, forma ideal que precisa ser resgatada em função de sua imagem plástica e pela sua capacidade de promover a experiência estética do belo.

As requalificações dos espaços arquitetônicos históricos concretizaram-se como um negócio que precisava minimizar os estímulos e sensações de insegurança produzidos pelas diferenças sociais dos usuários, pelas diferenças espaciais demarcadas nos edifícios e monumentos oriundos de períodos históricos diferenciados e pelo fluxo normal da cidade. A adaptação dos espaços para novas funcionalidades previu, na maioria dos casos, o processo, chamado pelos geógrafos, de gentrificação, ou seja, exclusão das comunidades que até então ocupavam cotidianamente o local e substituição progressiva dos usos e ocupações.

O caráter democrático de construção de sentido e valoração dos monumentos a partir dos hábitos cotidianos da sociedade, proposto no Brasil na década anterior, foi esgotado em atenção à cidade que se queria esteticamente consumível, como uma peça midiática do *new urbanism*¹² vista no filme *Show de Truman*. A exclusão da comunidade do processo decisório é justificada como uma inevitabilidade em um momento passageiro em que a urgência das ações não permite o diálogo entre os interessados. A auto-sustentabilidade desses espaços foi reduzida a uma questão econômica, orquestrada pelos investidores que afirmam estar reduzindo os custos do investimento público.

Motta alerta que no Brasil as políticas públicas promovidas pelos governos federal, estaduais e municipais e a iniciativa privada tem incorrido nesse tipo de atuação, destacam-se: o Programa Monumenta/BID, conduzido pelo Ministério da Cultura com recursos do Banco Interamericano de Desenvolvimento; o Projeto Pelourinho, do governo Estadual da Bahia e a reurbanização da Praça XV de Novembro (RJ), do governo municipal e o Projeto Cores da Cidade, patrocinado pela Fundação Roberto Marinho e fabricantes de tintas. Os casos analisados pela autora são bastante conhecidos e, de certa forma, se constituem nas intervenções de preservação que têm conquistado destaque nacionalmente¹³.

Os novos usos desse passado material colorido vigorosamente com extravagância e consolidado artificialmente como um conjunto homogêneo, interrompido de quando em quando por uma marca contemporânea, transformou o espaço arquitetônico construído historicamente em espaço para o lazer e para o turismo. Esse modelo de intervenção

¹² LARA, Fernando. Admirável urbanismo novo. Disponível em <http://www.vitruvius.com.br/arquitextos/arquitextos.asp>. Acesso em: 25 mar. 2002.

¹³ MOTTA, 2000. Op. Cit. p.258

originário dos Estados Unidos (Nova Iorque e Boston) vem sendo implantado com êxito em cidades européias e latino-americanas. Destacam-se os projetos das proximidades das orlas tais como o de Barcelona, e o reaproveitamento de estruturas portuárias ditas degradadas, posteriormente utilizado como inspiração para a criação do Puerto Madero em Buenos Aires.

As características em comum desses cenários preparados para o consumo cultural são as fachadas “revitalizadas” dos monumentos, a impressão de conjunto forjada pela demolição de prédios e criação de amplos espaços vazios, o jogo de cores e luzes, o mobiliário urbano padronizado, a promoção de mega-eventos e a comercialização de produtos supostamente locais, criados especialmente para satisfazer o gosto dos turistas pelo pitoresco, pelo exótico e pelo *souvenir* de imagens consagradas no imaginário coletivo. Percebe-se claramente que, nesses projetos, o patrimônio edificado ficou reduzido a mero cenário da indústria cultural e de sua lógica do entretenimento e que o espaço turístico ficou restrito a um simulacro da indústria do turismo.

Considerações finais

O que esse apanhado de idéias, conceitos e práticas relacionadas ao patrimônio evidenciam é que somente a ameaça de destruição tem movido o homem para as ações de preservação. Essa mobilização, por sua vez, expressa um projeto político historicamente datado, cada época escolhe o que preservar e o que esquecer. O que mudou consideravelmente, com o passar do tempo, é que se abriram brechas para que novos atores sociais fizessem suas escolhas sobre a rememoração.

Para isso devemos retomar os estudos sobre o vandalismo, compreendendo que existem muitas maneiras de destruir algo. A mais evidente é eliminando definitivamente, e as mais sutis podem ser as práticas de conversão da funcionalidade, o esvaziamento simbólico, a reconstrução de réplicas, pastiches e conjuntos homogêneos, a opção pelo pitoresco, pelo exótico e pelo bizarro, expresso em cores vivas próprias dos cenários das telenovelas e dos contrastes visuais produzidos pela inserção de formas ultra-modernas em ambientes históricos. Enquanto o critério arquitetônico-artístico prevalecer sobre os significados histórico-culturais expressos nas sociabilidades construídas cotidianamente pelos usuários dos espaços, estamos fadados a pensar na forma e não no conteúdo dos nossos monumentos históricos.

O que o modelo globalizado de gestão do espaço arquitetônico e do espaço turístico parece ter perdido de seu horizonte de análise é que a preservação e a destruição andam

juntas. O esgotamento do potencial afetivo, histórico e simbólico do patrimônio e a criação de espaços globais são atos de vandalismo irreversíveis. A homogeneidade dos ambientes, a eliminação dos habitantes dos espaços da cidade e o anulamento da dimensão histórico-cultural, moldados pelas indústrias cultural e turística esgotarão o desejo de pertencimento/deslocamento. O cidadão consumirá o produto até ele não se constituir mais em uma novidade. O “estrangeiro”, tomado pela sensação de *dejavu*, não terá motivos para viajar. Esgotarão simultaneamente a possibilidade de repouso e de movimento, de habitar e de deslocar-se.

O que parece mais relevante, para continuarmos essa revisão crítica que orientará as práticas do século XXI é não esquecermos o caráter seletivo de todos os monumentos que nos foram legados e discutirmos quais os padrões que nos guiarão para nossas escolhas futuras.

Bibliografia

- _____. *Artes plásticas na semana de 22: subsídios para uma história da renovação das artes no Brasil*. São Paulo: Perspectiva, 1970.
- ANDRADE, Rodrigo de Mello Franco. *Rodrigo e seus tempos*. Rio de Janeiro: Fundação Nacional Pró-Memória, 1986.
- ANDRADE, Mário. Mário de Andrade: Cartas de trabalho: Correspondência com Rodrigo Mello Franco de Andrade, 1936-1945. Brasília: SPHAN; Pró-Memória, 1981.
- ARANTES, Antônio Augusto. A Preservação de bens culturais como prática social. *Revista de Museologia*, Instituto de Museologia SP, FEESP, 1989.
- ARANTES, Otília Beatriz Fiori. Uma superação do Movimento Moderno. In: ____ (org.) *O lugar da Arquitetura depois dos modernos*. São Paulo: Studio Nobel, 1993. pp. 51-70.
- ____. Uma estratégia fatal: a cultura nas novas gestões urbanas. In: ____; VAINER, Carlos; MRICATO, Ermínia. *A cidade do pensamento único: Desmanchando consensos*. Petrópolis: Vozes, 2000.
- ____. *Urbanismo em fim de linha*. São Paulo: EDUSP, 1998.
- AUGÉ, Marc. *Os não-lugares - Introdução a uma antropologia da sobremodernidade*. Lisboa: Bertrand, 1994.
- BENEVOLLO, Leonardo. *O Último Capítulo da Arquitetura Moderna*. São Paulo: Martins Fontes, [s/d].
- BARBOSA, Ycarim Melgaço. *O Despertar do Turismo Um Olhar Crítico sobre os não-lugares*. São Paulo: Aleph, 2001.
- BARRETO, Margarita. *Turismo e Legado Cultural*. Campinas: Papyrus, 2003.
- BOYER, Marc. *Histoire du tourisme de masse*. Paris: PUF, 1999.
- BOITO, Camillo. *Conserver ou restaurer : les dilemmes du patrimoine*. Besançon: Les Éditions de L'imprimeur, 2000.
- BRUAND, Yves. *Arquitetura Contemporânea no Brasil*. São Paulo: Perspectiva, 1997.
- CANCLINI, Nestor. *A socialização da arte: Teoria e prática na América Latina*. Soa Paulo, Editora Cultrix, 1980.
- ____. *Consumidores e Cidadãos Conflitos Multiculturais da globalização*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2001.
- ____. *Culturas Híbridas*. São Paulo: Edusp, 1997.
- CAMARGO, Haroldo Leitão. *Patrimônio Histórico e Cultural*. São Paulo: Aleph, 2002.
- ____. Fundamentos multidisciplinares do turismo: História. Vol. 1. In: TRIGO, Luiz G. *Turismo, como aprender como ensinar*. São Paulo: SENAC, 2001.
- CASTRO, Sônia Rabello. *O Estado na preservação dos bens culturais*. Rio de Janeiro: Renovar, 1991.
- CHOAY, Françoise. *L'Urbanisme - Utopies et Realités*. Paris: Editions du Seuil, 1965.
- ____. *L'Allégorie du Patrimoine*. Paris: Seuil, 1992.
- CHUVA, Márcia. *Os arquitetos da memória: construção do patrimônio histórico e artístico nacional no Brasil – anos 30 e 40*. Niterói: UFF, Depto. De História, 1998. (tese de doutorado)
- CRAIK, J. *The culture of tourism*. In: URRY, J. *Touring Cultures*. London: Routledge, 1997.
- COSTA, Lúcio. *Lúcio Costa: Registro de uma vivência*. São Paulo/Brasília: Unb/Empresa de Artes, 1995.
- DAVIS, Douglas. *The museum transformed: Design and culture in the post-Pompidou age*. New York: Abbeville Press, 1990.
- DEBORD, Guy. *La sociedad del espectáculo*. Buenos Aires: La Marca, 1995.
- DEL RIO, Vicente. Cidade da mente, Cidade real - percepção Ambiental e revitalização na área portuária do RJ. In: DEL RIO, Vicente e OLIVEIRA, Lívia. *Percepção Ambiental - A experiência Brasileira*. São Paulo: Studio Nobel e Editora da UFSCar, 1996. p.3-22
- ENDERS, Armelle. *Les lieux de mémoire, dez anos depois*. Rio de Janeiro: Estudos Históricos, 1993. p.132-137.
- FEATHERSTONE, Mike. O desmanche da cultura: Globalização, pós-modernismo e identidade. São Paulo: Sesc/Nobel, 1997.
- FONSECA, Cecília Londres. O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil. Rio de Janeiro: UFRJ/IPHAN, 1997.

- GUATARI, Felix. *Caosmose: Um novo paradigma estético*. Rio de Janeiro: Editora 34, 2000.
- GIOVANNONNI, Gustavo. *L'urbanisme face aux villes anciennes*. Paris: Éditions du Seuil, 1998.
- HALBWACHS, Maurice, *La Memoire Collective*. Paris: PUF, 1968.
- HUYSSSEN, Andréas. *Seduzidos pela memória: Arquitetura, monumentos, mídia*. Rio de Janeiro: Aeroplano/Editora Universidade Cândido Mendes/Museu de Arte Moderna, 2000.
- INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DO RECIFE. *Rodrigo, espelho de critério*. Recife: IPHAN, s/d.
- JEUDI, H.P. *Memórias do social*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1990.
- MENESES, Ulpiano Bezerra de. A História Cativa da Memória - Para um mapeamento da memória no campo das Ciências Sociais. *Revista de Estudos Brasileiros*, São Paulo, n.34, pp.9-23.
- _____. O Museu na cidade x a cidade no museu - Para uma abordagem Histórica dos museus da cidade. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v.5, n.8/9, pp.197-205, set.1984/abr.1985.
- MINISTÉRIO DA CULTURA/INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL - IPHAN. *Cartas Patrimoniais*. Brasília: 1995.
- MOTTA, Lia. Patrimônio urbano e memória social: práticas discursivas e seletivas de preservação cultural de 1975 a 1990. Rio de Janeiro: UNIRIO, Depto. de Biblioteconomia e Arquivologia, 2000. (dissertação de mestrado)
- _____. A apropriação do patrimônio urbano: do estético-estilístico nacional ao consumo visual global”. In: ARANTES, Antônio. *O espaço da diferença*. Campinas: Papirus, 2000. p.256-287.
- NORA, Pierre. Entre Memória e História. A problemática dos lugares. In: *Revista Projeto História*, São Paulo, n.10, p.07-28, dez. 1993.
- _____. *Les lieux de memoires*. Vol. I: La Republique. Paris: Gallimard, 1984.
- RAGON, Michel. *Histoire mondiale de l'architecture et de l'urbanisme modernes. Pratiques et méthodes. 1911-1971. 1800-1910*. Belgique: Casterman, 1972. Tome II.
- RÉAU, L. *Histoire du vandlisme. Les monuments détruits de l'art français*. Paris:
- RIEGL, Alois. Problemas de estilo: fundamentos para uma historia de la ornamentación. Barcelona: Gustavo Gili, 1980.
- RUSCHMANN, Doris. *Turismo e Planejamento Sustentável a Proteção do Meio Ambiente*. Campinas, SP: Papirus, 2001.
- _____. *Le culte moderne des monuments*. Paris: Lê Seuil, 1984.
- SERRANO, Célia, BRUHNS, Heloisa e LUCHIARI, Maria Tereza. *Olhares Contemporâneos sobre o Turismo*. Campinas, SP: Papirus, 2000.
- SEVERO, Fernanda. “A cidade criou a paisagem”: Brasília e o projeto de reinvenção da modernidade. (Tese de Doutorado) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas-PUCRS. Porto Alegre, 2003.
- _____. *O MERCADO de Porto Alegre entre a cidade real e a cidade ideal*. (Dissertação de Mestrado) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas-PUCRS. Porto Alegre, 1999.
- SOLA-MORALES, Ignasi de. *El valor del Tempo en la Arquitectura*. In: *Revista Arquis – Arquitetura e Urbanismo*, Universidade de Palermo, Buenos Aires, n.4, p. 94-96, dez.1994.
- ZUKIN, Sharon. Paisagens urbanas pós-modernas: mapeando cultura e poder. In: *Revista do Patrimônio Historio e Artístico Nacional*, N. 24, 1996. p.205-219.